

**RELAÇÃO DO ÍNDICE DE
DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
BÁSICA (IDEB) NOS PROCESSOS DE
SEGREGAÇÃO URBANA DE ARARANGUÁ**

Cláudia LAURINDO

Professora da Rede Estadual do Estado de Santa Catarina
Formação em Pedagogia
Acadêmica do curso de Sociologia/PARFOR
E-mail: rfc.claudia22@globomail.com

Maria Cecília Kunhasky COELHO

Professora de História na Rede Municipal de Araranguá
Professora na Rede Estadual de Santa Catarina
Acadêmica do curso de Sociologia/PARFOR
E-mail: ceci-k@hotmail.com

Márcia Fernandes Rosa NEU

Doutora em Geografia
Professora de Sociologia Urbana do
curso de Sociologia/PARFOR
E-mail: marcia.rosaneu@gmail.com

Resumo

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) auxilia na leitura e na interpretação dos processos de segregação urbana de Araranguá. Por meio dos dados analisados e formadores do IDEB, consegue-se observar as diferenças existentes nas metas propostas. Com isso, pode-se analisar que vários fatores influenciam neste índice, e alguns deles são apontados no presente artigo. A segregação urbana contribui tanto positivamente como negativamente no aproveitamento educacional, ambas as escolas são estaduais, com um plano de ensino semelhante, no entanto suas localizações geográficas, sociais e econômicas são determinantes para composição da nota do IDEB. Os fatores sociais e econômicos são determinantes no rendimento escolar, e na vida das comunidades afetadas pelas diferenças sócio espaciais.

Palavras-chave: Segregação Sócio Espacial; IDEB; Escola.

Abstract

The Basic Education Development Index (IDEB) helps in reading and interpretation of urban segregation processes of Araranguá. Through the data analyzed of IDEB, it is possible to observe the differences existing at the goals aimed. Therewith, it is possible to analyze that several factors influence this index, and some of these factors are pointed out in this article. The urban segregation



contributes both positively and negatively on educational attainment, both schools are state education network with a similar teaching plan, however their geographical, social and economic locations are crucial for the composition of IDEB note. Social and economic factors are determinants in school performance, and in the lives of communities affected by socio-spatial differences.

Keywords: *Socio Spatial Segregation; IDEB; School.*

CADERNOS ACADÊMICOS



ISSN 2175-2552



Introdução

O presente artigo é resultado da pesquisa realizada na disciplina de Sociologia Urbana, e busca analisar a relação do IDEB com os processos de segregação urbana de Araranguá. Este tema foi abordado, devido às diferenças de índices que foram apresentadas no IDEB de 2013, entre duas escolas localizadas em diferentes espaços do município.

Esse estudo abrange os dados e as análises obtidas com a pesquisa na instituição de ensino estadual do município de Araranguá, que apresentou os maiores índices no IDEB de 2013, e uma da instituição que apresentou o menor índice do município. Este trabalho busca compreender a relação do IDEB com a segregação sócio espacial no município, buscando conhecer os sujeitos, suas relações histórico espaciais em relação ao local onde vivem e a escola. Por meio dos dados divulgados pelo INEP, a pesquisa foi delimitada e as escolas a serem pesquisadas foram selecionadas.

Como critério desta seleção, optamos por pesquisar uma instituição com um dos índices mais altos do IDEB, como a Escola de Educação Básica Professora Maria Garcia Pessi, a qual atingiu a média de seis pontos; e uma escola que apresentou o menor IDEB, a Escola de Educação Fundamental Patrulheiro José Paes, com o índice de 4,3, o menor índice divulgado na rede estadual do município de Araranguá.

Ambas as pesquisas foram realizadas com os alunos pertencentes ao 5º ano do Ensino Fundamental – Anos Iniciais. Esta pesquisa tem como objetivo observar e analisar as diferenças de IDEB entre as instituições por meio de sua segregação sócio espacial, e compreender que comunidades estas escolas atendem, que diferenças há entre estas instituições, para que assim possamos analisar os dados divulgados pelo IDEB. Esta pesquisa se caracteriza como um estudo de caso.

Primeiramente, foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre o tema deste projeto, a legislação vigente e os dados apresentados pelo IDEB. Posteriormente, foi aplicado um questionário com os alunos do 5º ano em ambas as instituições pesquisadas, seguido da coleta de dados com os gestores das escolas e do Projeto Político Pedagógico (PPP).

Para compreender a segregação sócio espacial e as diferenças demonstradas no IDEB, é necessário conhecer as áreas que estas escolas pertencem, sua construção

histórico espacial, cultura, economia, as comunidades atendidas. Estas informações foram obtidas por meio do PPP da escola, que contém a realidade da comunidade, e também pelos dados coletados nos questionários, da própria constituição histórica dos bairros onde estas instituições estão localizadas, e da coleta de informações com o gestor escolar.

O IDEB

O IDEB foi criado pelo Instituto Nacional de Estudos e de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), em 2007, como parte do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Ele é calculado com base na taxa de rendimento escolar (aprovação e evasão) e no desempenho dos alunos nos SAEB (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica) e na Prova Brasil. Quanto maior for a nota da instituição no teste e menores forem as repetências e desistências registradas, melhor será a sua classificação numa escala de 0 (zero) a 10 (dez).

O mecanismo foi bem avaliado por especialistas justamente por unir esses fatores. Sendo assim, se uma escola aprovar seus alunos para o ano seguinte, sem que eles tenham realmente conseguido adquirir conhecimento e compreensão de conteúdos, ficará claro a partir da análise do desempenho da escola quando da participação dos programas de avaliação do IDEB.

O que as escolas têm que mostrar no geral é seu empenho em transmitir o conhecimento, em oportunizar aos alunos o acesso a toda informação que os ajudará na compreensão dos conteúdos, pois este é o compromisso de todos os professores para com seus alunos.

O INEP apresenta algumas metas de qualidade, a respeito da evolução da educação no Brasil. A meta nacional, em 2005, foi de 3,8. As metas são diferenciadas para cada rede e escola, e são apresentadas bienalmente de 2007 a 2021. Estados, municípios e escolas deverão melhorar seus índices e contribuir, em conjunto, para que o Brasil chegue à meta 6,0, em 2022.

As instituições e redes que já apresentam um bom índice devem continuar a evoluir, e em escolas e redes que este índice se apresenta mais baixo, as metas preveem ações do Ministério da Educação, para que a desigualdade seja reduzida. O MEC

oferece apoio técnico ou financeiro aos municípios com índices insuficientes de qualidade de ensino. O aporte de recursos se deu a partir da adesão ao Compromisso Todos pela Educação e da elaboração do Plano de Ações Articuladas (PAR). O MEC dispõe de recursos adicionais do Fundo da Educação Básica (Fundeb) para investir nas ações de melhoria do IDEB.

O Compromisso Todos pela Educação propõe diretrizes e estabelece metas para o IDEB das escolas e das redes municipais e estaduais de ensino, e foi instituído pelo Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007, inaugurando um novo regime de colaboração, sendo este um compromisso fundado em 28 diretrizes e consubstanciado em um plano de metas concretas e efetivas, que compartilha competências políticas, técnicas e financeiras para a execução de programas de manutenção e desenvolvimento da educação básica. Os estados, municípios e o Distrito Federal passaram a elaborar seus planos, a partir da realidade educacional de cada região.

O Plano de Ações Articuladas (PAR) consiste no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), apresentado pelo Ministério da Educação em abril de 2007, o qual disponibilizou para todo o país instrumentos eficazes de avaliação e implementação de políticas de melhoria da qualidade da educação, sobretudo da educação básica pública.

A partir da adesão ao Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, os estados e municípios elaboraram seus respectivos Planos de Ações Articuladas, sendo então parte integrante do Plano de Metas Compromisso Todos pela educação. Para contribuir na elaboração deste plano, o MEC criou um novo sistema, o SISMEC, que pode ser acessado de qualquer computador conectado à internet.

Deste modo, as metas e as ações realizadas pelos estados e municípios são passíveis de acompanhamento e fiscalização. Algumas propostas e elementos são constitutivos do PAR, como primeiro elemento essencial à construção deste. Os municípios devem realizar um diagnóstico minucioso da realidade educacional, e a partir desta descrever os inúmeros aspectos que envolvem o âmbito escolar, como infraestrutura, gestão, ações, para que, a partir destes, os recursos sejam liberados para os municípios e estados. No entanto, neste momento, somente os PAR municipais estão disponíveis para a consulta no site.

Segundo o INEP, o Brasil atingiu as metas estabelecidas em todas as etapas do

ensino básico — anos iniciais e anos finais do ensino fundamental e ensino médio, as quais foram comprovadas através do IDEB demonstrado no gráfico abaixo.

Gráfico 1⁹ - IDEB

	IDEB Observado					Metas				
	2005	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013	2021
Total	3.8	4.2	4.6	5.0	5.2	3.9	4.2	4.6	4.9	6.0
Dependência Administrativa										
Estadual	3.9	4.3	4.9	5.1	5.4	4.0	4.3	4.7	5.0	6.1
Municipal	3.4	4.0	4.4	4.7	4.9	3.5	3.8	4.2	4.5	5.7
Privada	5.9	6.0	6.4	6.5	6.7	6.0	6.3	6.6	6.8	7.5
Pública	3.6	4.0	4.4	4.7	4.9	3.6	4.0	4.4	4.7	5.8

Fonte: Elaboração dos autores.

O gráfico 1 demonstra o resultado do IDEB, a nível nacional dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, o qual se inicia em 2005, a partir de quando foram estabelecidas metas bienais de qualidade a serem atingidas não apenas pelo país, mas também por escolas, municípios e unidades da Federação.

O objetivo é que esta avaliação possa contribuir para a melhoria na educação, para que o Brasil atinja o patamar educacional da média dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), com sede em Paris. Em termos numéricos, isso significa progredir da média nacional 3,8, registrada em 2005, na primeira fase do ensino fundamental, para um IDEB igual a 6,0, em 2022, ano do bicentenário da Independência.

O IDEB nas Escolas Estaduais de Araranguá

O gráfico abaixo mostra o resultado do IDEB referente ao ano de 2013, nas escolas estaduais de Araranguá.

⁹ Dados disponíveis em: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/>

Gráfico 2¹⁰ - IDEB¹¹ por escola

Escola	Ideb Observado					Metas Projetadas							
	2005	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
EEB BERNARDINO SENA CAMPOS	3.7	4.8	4.2	5.5	4.7	3.8	4.1	4.5	4.8	5.1	5.4	5.7	5.9
EEB CASTRO ALVES	5.1	5.2	5.5	6.1	6.2	5.2	5.5	5.9	6.1	6.4	6.6	6.8	7.0
EEB JORDAO BERNARDO DA ROSA			4.7	5.5	5.9			5.0	5.3	5.5	5.8	6.1	6.3
EEB OPERARIA			4.8	5.9	***			5.1	5.4	5.6	5.9	6.2	6.4
EEB PROFº CLOVIS GOULART	4.1	4.1	5.6	4.8	***	4.2	4.5	4.9	5.2	5.5	5.8	6.0	6.3
EEB PROFª DOLVINA LEITE DE MEDEIROS	4.0	3.6	5.3	5.2	5.2	4.1	4.4	4.8	5.1	5.4	5.6	5.9	6.2
EEB PROF EREMETA SOUZA				6.1	***				6.4	6.6	6.8	7.0	7.2
EEB PROFª ISABEL FLORES HUBBE	4.8	5.1	5.8	5.7	6.1	4.8	5.1	5.5	5.8	6.0	6.3	6.5	6.7
EEB PROFª JULIETA AGUIAR BERTONCINI	3.8	5.0	4.8	4.7	5.0	3.9	4.2	4.7	4.9	5.2	5.5	5.8	6.0
EEB PROFª MARIA GARCIA PESSI	4.9	5.2	5.5	6.1	6.0	4.9	5.2	5.6	5.9	6.1	6.4	6.6	6.8
EEB PROF NEUSA OSTETTO CARDOSO	5.1	4.6	4.5	5.6	5.6	5.1	5.4	5.8	6.1	6.3	6.5	6.8	7.0
EEB PROFª OTILIA DA SILVA BERTI		4.4		4.3	4.7		4.6	5.0	5.2	5.5	5.8	6.0	6.3
EEF PATRULHEIRO JUCEMAR PAES	4.2	4.1	4.6	5.1	4.3	4.3	4.6	5.0	5.3	5.6	5.8	6.1	6.3
EEF PE ANTONIO LUIZ DIAS		4.7	4.8		***		4.9	5.2	5.5	5.7	6.0	6.2	6.5
EEF PROFª MOTA PIRES			4.2	5.1	***			4.5	4.8	5.1	5.4	5.7	5.9

Fonte: Tabela do site do IDEB.

A partir destes dados acima, divulgados pelo INEP, foram selecionadas as instituições a serem pesquisadas: a escola Professora Maria Garcia Pessi, com maior índice; e a Escola Patrulheiro Jucemar Paes, com o menor índice apresentado. A questão que norteou esta pesquisa é: as escolas que apresentam um baixo Índice no IDEB estão localizadas em áreas de segregação sócio espacial?

O gráfico acima mostra o IDEB das escolas. Percebemos que, no ano de 2013, seis escolas atingiram índices acima das metas projetadas pelo INEP, em contrapartida quatro escolas não alcançaram as metas propostas pelo INEP; e destas quatro, três estão localizadas em áreas rurais. Podemos observar, ainda, que cinco escolas não obtiveram

¹⁰ Dados disponíveis em: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/>

¹¹ * Número de participantes na Prova Brasil insuficiente para que os resultados sejam divulgados.

** Solicitação de não divulgação, conforme Portaria Inep nº 304, de 24 de junho de 2013.

*** Sem média na Prova Brasil 2013: Não participou ou não atendeu aos requisitos necessários para ter o desempenho calculado.

**** Não divulgado por solicitação da Secretaria/Escola devido a situações adversas no momento da aplicação.

Os resultados marcados em verde referem-se ao IBEB que atingiu a meta.

seus resultados divulgados, segundo a legenda acima, visto que não participaram ou não atendam aos requisitos necessários para ter o desempenho calculado.

A Segregação Sócio Espacial

A constituição do Município de Araranguá se deu com o caminho que os tropeiros faziam no transporte do gado, os quais passavam pela região e aos poucos iam se instalando nela. Segundo Pereira (2003), isso é fruto da política expansionista portuguesa, que através dos vicentistas e das inúmeras migrações sucessivas, de pequenos grupos familiares tem início em Sorocaba e vai através do Paraná e Santa Catarina, liga-se ao Litoral de Laguna, pela estrada de Araranguá.

Araranguá, durante muitos anos, pertenceu a Laguna. Saes (2011) diz que:

O caráter colonial da economia brasileira havia reduzido, no limite, as funções das vilas e cidades a núcleos de exportação de produtos. Isso explicava a localização litorânea das principais cidades brasileiras até o século XIX, em que o porto era a região de onde irradiavam as estruturas urbanas.

A organização das cidades está inteiramente vinculada à formação capitalista do Brasil, e suas especificidades, seu capitalismo periférico, segundo o autor. As cidades dependeram muito tempo dos investimentos advindos do rural, o qual se concentrava nas relações de exportação e importação de produtos, e as cidades litorâneas tiveram uma grande importância neste momento.

Segundo Saes, a partir do século XX, a urbanização se tornou o projeto da elite brasileira, com profundas distorções da sociedade e do espaço. Assim, o Brasil constitui seu “próprio capitalismo”, o qual irá moldar as cidades, as suas relações com a política, com a economia, com o poder.

Cada vez mais a luta pelo espaço começa a se constituir na emergência das cidades, e, segundo Milton Santos, a noção de sociedade global abstrata se materializa nas cidades. A luta entre o pobre e o rico se materializa em lugares, em estrutura, em condições de vida e de moradia, reproduzindo as relações sociais nos espaços. CORRÊA (2002) nos diz que:

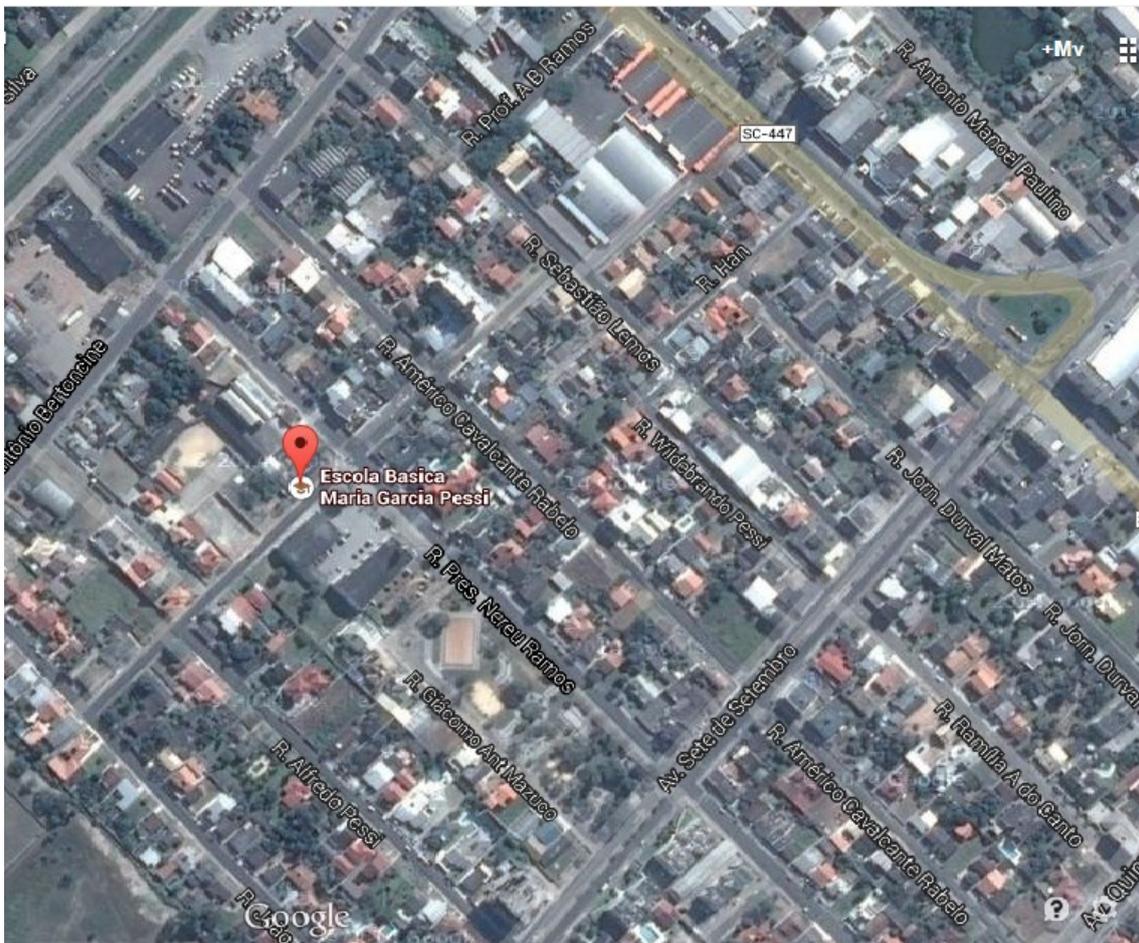
O espaço urbano assume assim uma dimensão simbólica que, entretanto, é variável segundo os diferentes grupos sociais, etários etc. Mas o cotidiano e



o futuro próximo acham-se enquadrados num contexto de fragmentação desigual do espaço, levando aos conflitos sociais, como as greves operárias, as barricadas e os movimentos sociais urbanos. O espaço da cidade é assim, e também, o cenário e o objeto das lutas sociais, pois estas visam, afinal de contas, o direito à cidade, à cidadania plena e igual para todos. (2002, p. 9).

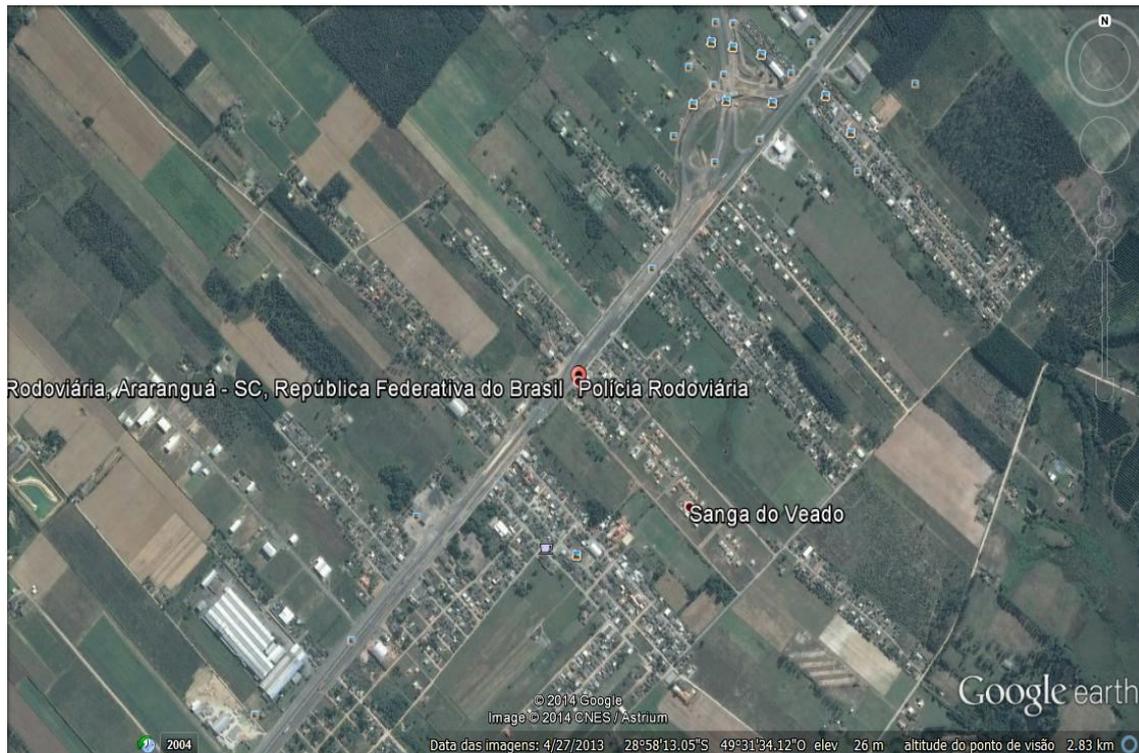
Para melhor compreender a segregação sócio espacial, no município de Araranguá, foram selecionadas algumas imagens dos dois bairros comparados nesta pesquisa, imagens retiradas do Google Earth, as quais possibilitam algumas análises.

Figura 1 – Bairro Cidade Alta



Fonte: Print do Google Earth, 2015.

Figura 2 – Escola Patrulheiro Jucemar Paes



Fonte: Print do Google Earth, 2015.

Ao observar as duas imagens acima, notamos que o bairro Polícia Rodoviária é rural, estando distante da área central do município, o que implica pensar o espaço urbano como um espaço de fragmentação, de desigualdade, resultado das relações sociais, sendo uma característica da exclusão social, do nível de renda, da falta de infraestrutura, marcado por locais com altos índices de violência, de empregos informais, da falta de espaços de lazer, de um sistema de saúde ineficiente, e a falta de saneamento básico.

No entanto, há a formação de outros espaços, como os do Bairro Cidade Alta, onde a elite reside. Nestes espaços, observamos o contrário, há luminosidade e segurança, que garantem o bem estar da população rica.

Sobre este aspecto, Maricato (2001, p. 51) esclarece que “É impossível esperar que uma sociedade como a nossa, radicalmente desigual e autoritária, baseada em relações de privilégio e arbitrariedade, possa produzir cidades que não tenham essas características”. Nessa linha de pensamento, Renato Saboya, em sua página Urbanidades: Urbanismo, Planejamento Urbano e Plano Diretores, afirma que uma das características mais marcantes das metrópoles brasileiras é a segregação espacial das

classes sociais em áreas distintas da cidade. Basta uma volta pela cidade – e nem precisa ser uma metrópole – para constatar a diferenciação entre os bairros, tanto no que diz respeito ao perfil da população, quanto às características urbanísticas, de infraestrutura, de conservação dos espaços e as camadas sociais que ocupam.

Conforme Saboya afirma, basta dar uma volta para percebermos as diferenças entre estes dois bairros e suas estruturas. Para evidenciarmos tais diferenças, apresentamos, neste trabalho, algumas imagens.

Figura 3 – Diferença entre bairros



Fonte: Arquivo dos autores, 2015.

Ao chegar aos bairros onde as escolas estão situadas, já se compreende que a segregação sócio espacial tem profundos reflexos na sociedade, seja pela infraestrutura, que não se faz presente nas áreas habitadas pelas camadas populares, seja pela invisibilidade, a qual está condenada.

Saboya acrescenta que, além disso, a segregação tende a enfraquecer as relações sociais e a tolerância. Crianças criadas em condomínios fechados, muitas vezes, não conhecem as áreas pobres da cidade. Com isso, ocorre a violência. A segregação espacial aumenta a sensação de desigualdade e pode contribuir para uma maior violência urbana. Segundo Dorneles (2013), a violência, atrelada à desigualdade social,

tende a aumentar ainda mais num cenário de precária segurança pública. Com o aumento da criminalidade, aumenta a sensação de insegurança.

Como principal tipo de segregação urbana, temos a oposição entre o centro e a periferia. As classes sociais com maior poder aquisitivo procuram se estabelecer próximas às áreas centrais, pelo melhor acesso, pela infraestrutura oferecida nestas áreas e pelos maiores preços imobiliários. Assim, na cidade de Araranguá, as melhores moradias e serviços se encontram próximas ao centro da cidade, ou neste, onde é melhor o acesso aos serviços.

Já as classes menos favorecidas ocupam espaços mais distantes do centro da cidade. Nestas áreas, o transporte público é precário, a infraestrutura também, conforme podemos visualizar nas imagens abaixo:

Figura 4 – Fachada da Escola Patrulheiro Jucemar Paes



Fonte: Arquivo dos autores, 2015.

Figura 5 – Fachada da Escola Professora Maria Gracia Pessi



Fonte: Arquivo dos autores, 2015.

Figura 6 – Ruas laterais às Escolas



Fonte: Arquivo dos autores, 2015.

Figura 7 – Laterais das escolas, com as salas de aula



Fonte: Arquivo dos autores, 2015.

Figura 8 – Ruas principais de acesso à escola



Fonte: Arquivo dos autores, 2015.

E.E.B. Patrulheiro Jucemar Paes e E.E.B. Professora Maria Garcia Pessi

A Escola de Educação Básica Professora Maria Garcia Pessi está localizada na zona urbana da cidade, ficando próxima ao centro, com boa infraestrutura e moradias de classe média alta. O bairro cidade alta possui uma população de 2.571 habitantes (dados do Censo 2010). Quanto à instituição escola, esta sofre com graves problemas estruturais. Possui uma área de 10.000 m², sendo 3.771,12 m² de área construída. Possui em torno de 1.700 alunos, no turno matutino, vespertino e noturno. São atendidos

alunos do 1º ano das séries iniciais até o ensino médio. Os alunos da instituição têm seus pais ou responsáveis com atividades laborais no comércio, indústrias, construção civil, serviço público e agricultura. Vários alunos de bairros vizinhos fazem parte da escola, buscando melhor qualidade de ensino. A escola oferece acesso ao PNOA e ao SAEDE.

A Escola de Educação Fundamental Patrulheiro José Paes, por outro lado, se localiza na zona rural, no bairro Polícia Rodoviária, às margens do antigo traçado da BR-101. A escola pesquisada atende um total de 320 alunos, nos períodos matutino e vespertino, contendo quinze turmas de Ensino Fundamental – Anos Iniciais e Anos Finais.

A escola pesquisada, de menor índice do IDEB, está localizada em um bairro às margens do antigo traçado da BR-101, sendo este conhecido por seu alto índice de criminalidade e prostituição. O bairro sempre foi conhecido pela carência das famílias que ali residem. Esta afirmação consta nos registros da Associação Irmã Carmen (Casa-Lar), associação civil sem fins econômicos, beneficente, com predominância na assistência social e com atuação na área educacional e cultural, a qual acolhe provisoriamente crianças e adolescentes sob medida de proteção social e em situação de risco pessoal e social, cujas famílias ou responsáveis encontram-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção. A associação está localizada no mesmo bairro da escola e, em seu histórico, lê-se:

Surge então, a Casa-Lar Irmã Carmen, localizada no bairro Polícia Rodoviária, a partir da constatação de que ali se concentrava um número muito grande de famílias carentes que lhes faltava além dos elementos básicos à sua subsistência quem os ajudasse a resgatar a dignidade humana e a esperança de um amanhã melhor para seus filhos.

A escola atende aos educandos oriundos da Casa Lar, que já trazem consigo um histórico de situações de risco. Podemos constatar esta realidade social do bairro pela quantidade de notícias negativas relacionadas a ele.

Conforme o censo 2010, a população de Polícia Rodoviária era de 3.434 habitantes. O Bairro Polícia Rodoviária, nos anos 80, possuía aproximadamente 20 famílias. Este dado foi encontrado no site da Paróquia Sagrada Família.

Com o objetivo de conhecer a realidade social, e buscar elementos para esta pesquisa, foram aplicados questionários de perguntas fechadas em ambas as instituições, de modo a buscar elementos que contribuíssem para a construção deste artigo.

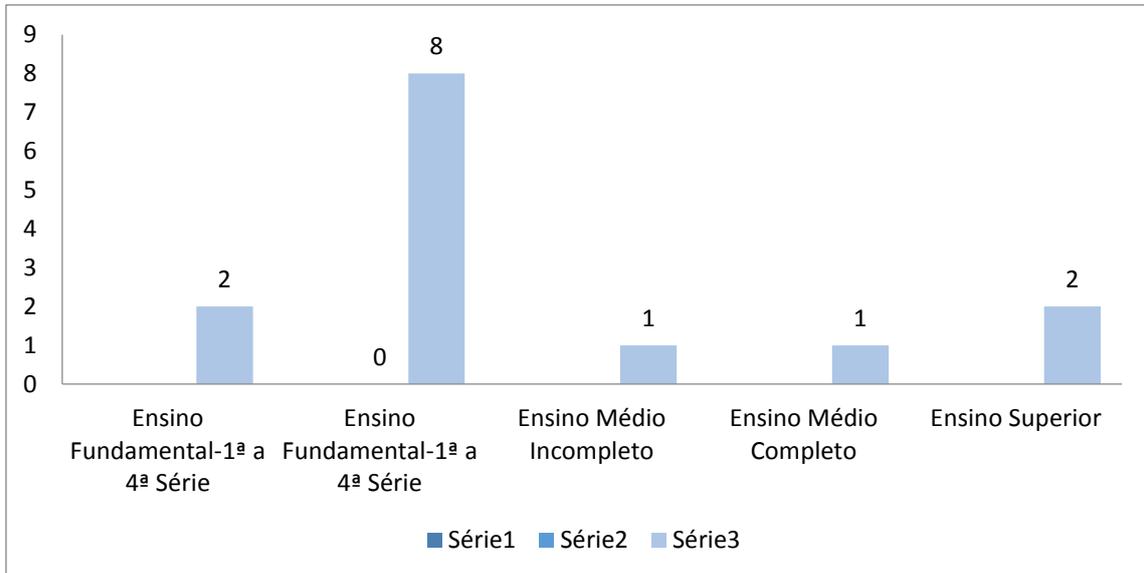
Na Escola Educação Fundamental Patrulheiro José Paes, foi possível perceber, por meio da aplicação dos questionários, que a maioria dos educandos é oriunda de Classe média baixa, possuem muitos irmãos, no entanto a maioria dos alunos possui acesso à rede mundial de computadores, e apenas quatro dos quinze alunos pesquisados não possuem computadores.

Na Escola Educação Básica Prof^o Maria Garcia Pessi, a maioria dos alunos possui apenas um irmão, e apenas um aluno não possui computador. Todos também têm acesso à rede mundial de computadores.

Outro dado significativo para demonstrar a segregação espacial e social é a escolaridade dos pais. Alves (2010) comprovou, em sua pesquisa, que quando os pais que têm por hábito a leitura, os filhos demonstram um melhor desempenho escolar. E os pais com maior escolaridade também. Por tal importância, esta questão se fez presente no questionário aplicado nas duas instituições, entretanto alguns alunos não sabiam qual era a escolaridade de seus pais, mas, por meio daqueles que responderam, foi possível concluir que a maioria dos pais possui o Ensino Fundamental – Anos Iniciais.

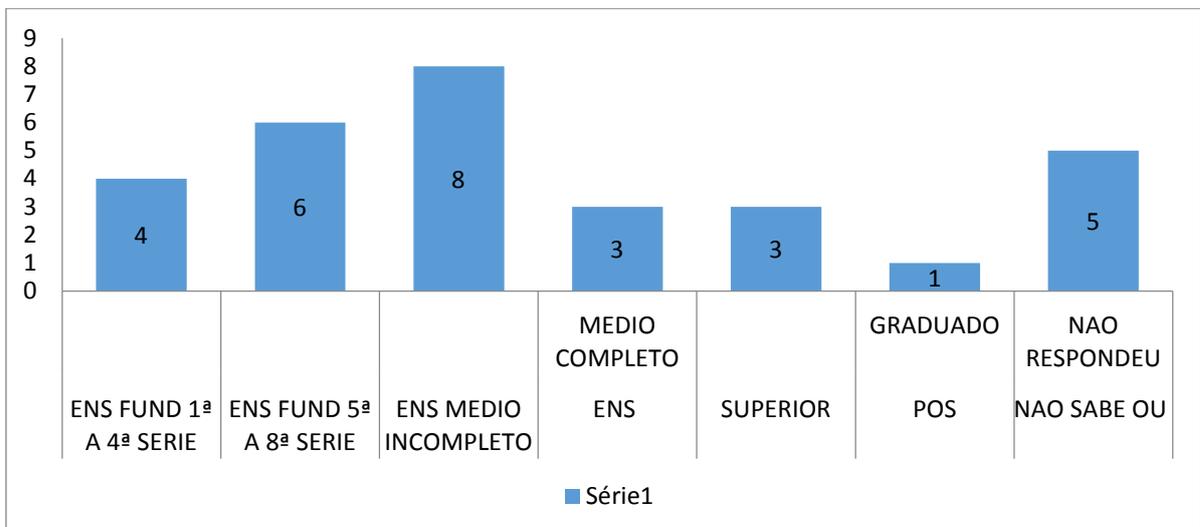
Vale dizer que há um aumento nos anos de estudo dos pais da Escola Professora Maria Garcia Pessi, sendo este um dos fatores para um alto índice do IDEB, e de um grau de capital cultural, que proporciona um maior rendimento escolar do educando. A seguir, podemos verificar estes dados nos gráficos:

Gráfico 1- Grau de Escolaridade dos Pais da Escola Patrulheiro Jucemar Paes:



Fonte: Elaboração dos autores, 2015.

Gráfico 2- Grau de Escolaridade do Pai da Escola Professora Maria Garcia Pessi



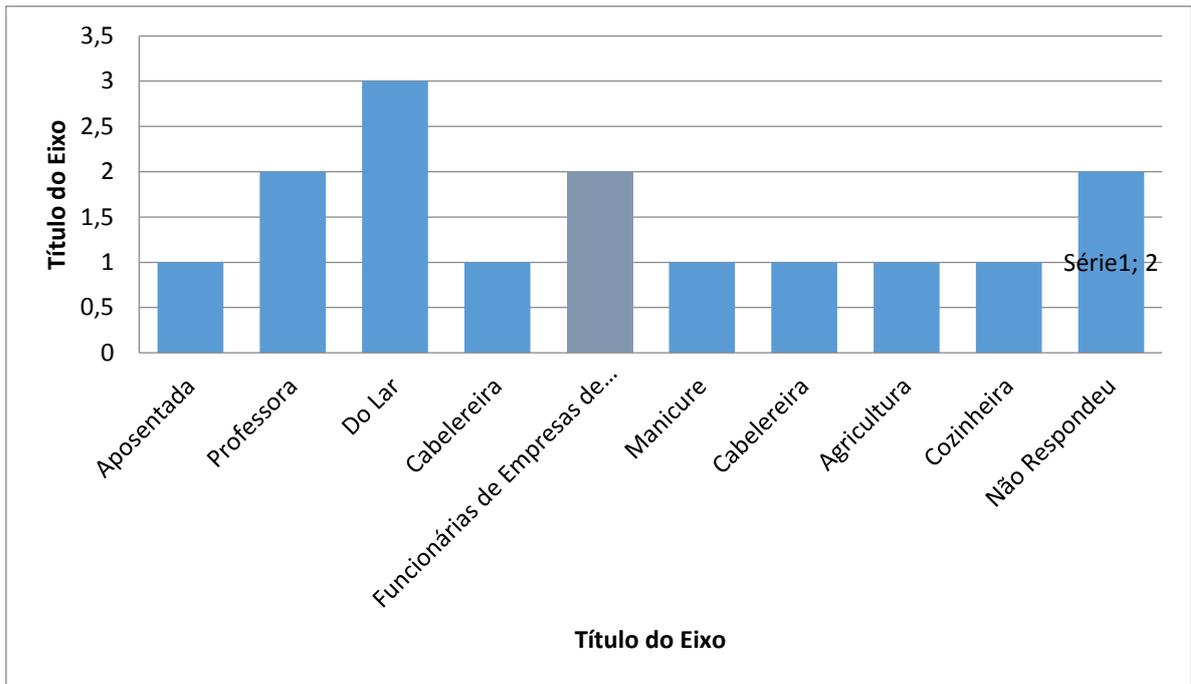
Fonte: Elaboração dos autores, 2015.

Em relação à escolaridade das mães, este dado já é diferenciado, sendo que a maioria possui o Ensino Fundamental – Anos Finais, mas há também várias mães com Ensino Superior em ambas as escolas. Pontuamos, assim, que, de modo geral, as mães possuem um índice de escolaridade maior que o apresentado pelos pais.

Todos estes fatores apresentados aqui são aspectos que influenciam na vida escolar do educando, no entanto, a escola deve proporcionar igualdade aos alunos, e esta

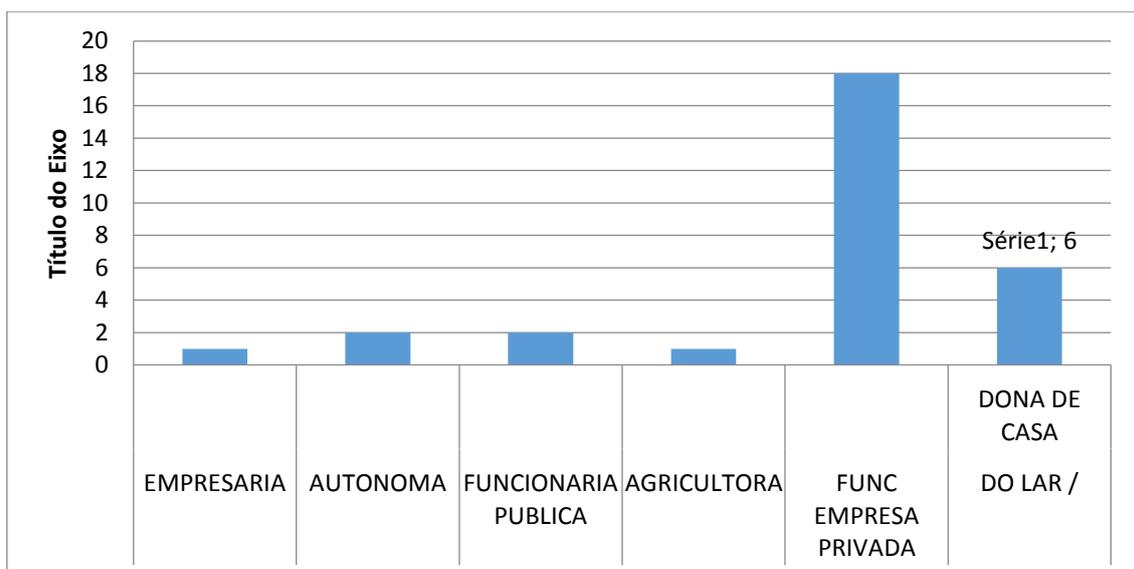
igualdade deve estar embasada também no princípio da equidade, de modo que os alunos com especificidades possam ser atendidos, e ter seus direitos de cidadania garantidos, tanto quanto os educandos das instituições com melhores índices.

Gráfico 3- Profissão da Mãe da Escola Patrulheiro Jucemar Paes



Fonte: Elaboração dos autores, 2015.

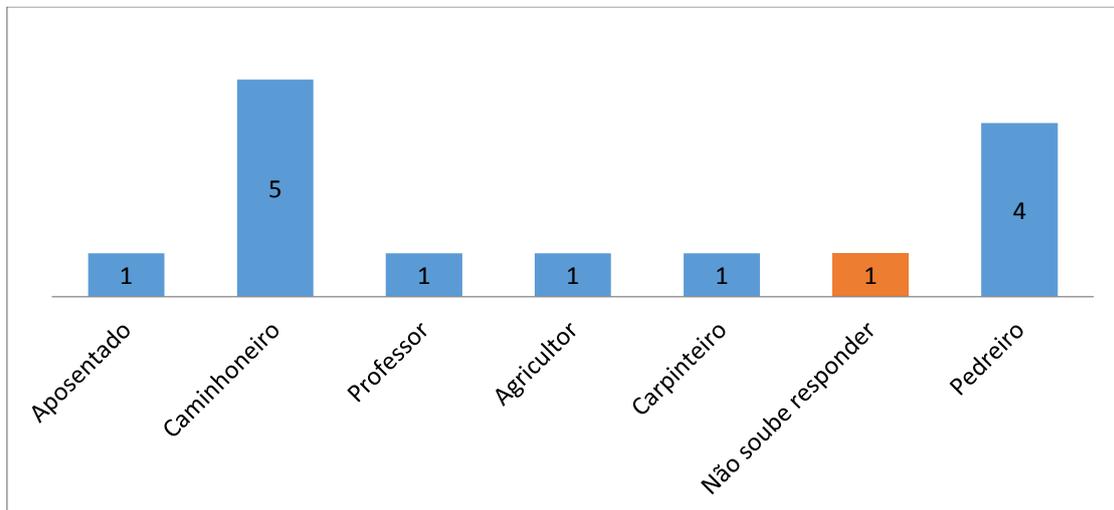
Gráfico 4- Profissão da Mãe da Escola Maria Garcia Pessi:



Fonte: Elaboração dos autores, 2015.

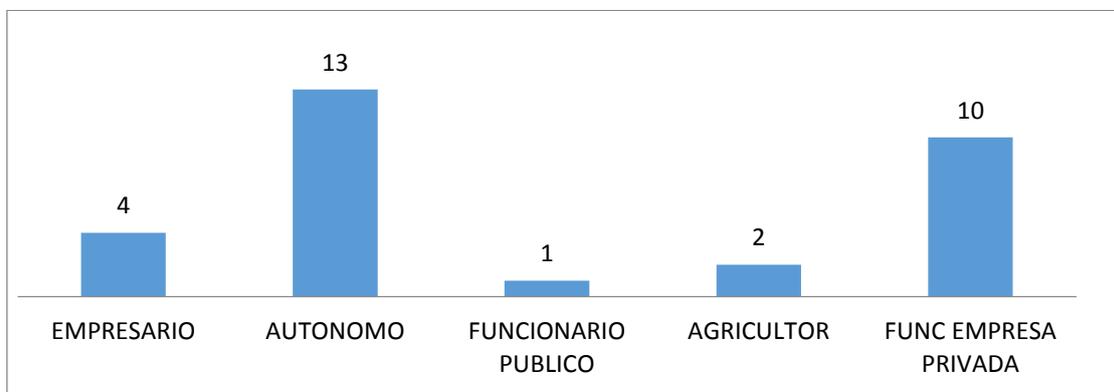
Os dados acima coletados são de suma importância para analisar o baixo rendimento escolar, bem como a segregação sócio espacial que o bairro Polícia Rodoviária enfrenta. Ao observar o gráfico acima, podemos perceber que as mães dos alunos da E.E.B. Professoras Maria Garcia Pessi desenvolvem atividades e profissões com maior rentabilidade e prestígio social, sendo estas empresárias, professoras, funcionárias públicas, em maior quantidade que as mães da escola Patrulheiro Jucemar Paes. Nesta última instituição, verificamos que muitas mães exercem empregos informais, como cabeleireira, manicure, agricultoras em períodos sazonais, especificamente na colheita do fumo.

Gráfico 5- Profissão do Pai- Escola Patrulheiro Jucemar Paes



Fonte: Elaboração dos autores, 2015.

Gráfico 6- Profissão do Pai Escola Professora Maria Garcia Pessi.



Fonte: Elaboração dos autores, 2015.

Assim como a profissão das mães, a profissão dos pais também apresenta diferenças nas duas escolas estudadas. Na Escola Maria Garcia Pessi, os pais exercem profissões como empresários, autônomos, as quais fazem parte de uma classe média. Cabe ressaltar que o capital cultural perpassa o capital financeiro, ambos têm uma ligação direta. Soares e Collares (2006, apud Alves 2010), nos dizem que

A família conquista primeiro os recursos econômicos; a seguir, com as possibilidades geradas por esta situação, algumas famílias adquirem bens culturais; tendo estas duas condições, algumas famílias dedicam tempo para acompanhar a vida escolar de seus filhos. Em particular, escolhem uma escola para seus filhos onde eles encontram colegas de famílias semelhantes. Além disso, refletindo o ambiente favorável da casa, os estudantes desenvolvem melhor atitude em relação à escola. Tudo isto resulta em maior proficiência. (2006, p.634).

Os autores acrescentam que as comunidades escolares são completamente segregadas no que se refere aos tipos de famílias que atendem. A consequência disso é que algumas instituições encontram mais facilidade para executar o processo de ensino e de aprendizagem, e outras, mais dificuldade, numa falta de interesses entre escolas e famílias. Em outras palavras, essas estruturas não são completamente autônomas na explicação do desempenho escolar.

Considerações Finais

Atualmente, com o crescimento populacional desordenado, as cidades já não comportam mais em suas áreas urbanas a concentração de seus habitantes. Com isso, muitos dos integrantes desta população ficam à margem da estrutura urbana e central existente nas cidades. A falta de planejamento social corrobora para a segregação urbana, ou seja, uma parcela economicamente ativa e possuidora de recursos tem o benefício de residir, trabalhar e estudar nos melhores bairros, que, conseqüentemente, são aqueles com ruas pavimentadas e iluminação pública, rede de esgoto, postos de saúde, escolas estruturadas, entre outros benefícios; enquanto outra parte da população fica à margem destas condições sociais, morando em bairros afastados, sem a estrutura daqueles bairros que ficam próximos ao centro, ou no centro da cidade.

A falta de oportunidade de moradia, a baixa renda e a desestruturação familiar são fatores que contribuem negativamente no rendimento escolar dos alunos que têm essa realidade, com isso o retrato apresentado é a baixa nota alcançada no IDEB.

A segregação espacial urbana tende a aumentar quando muitos daqueles que estão à margem social não visualizam um futuro diferente, uma nova oportunidade, qualidade de vida. Esses fatores, inconscientes ou não, parecem enraizados, transformados em cultura, no entanto aceitar a desigualdade é corroborar para segregação.

Percebemos as diferenças entre as escolas apresentadas, quando observadas as respostas cedidas pelos alunos, quando questionados sobre a instrução de pai, mãe ou responsável, bem como suas profissões. Essas respostas apontam as disparidades sociais, as quais refletem nas notas do IDEB.

Para que o princípio da igualdade seja efetivado são necessárias ações que promovam a igualdade de condições. Nas escolas funcionam três projetos: Mais Educação, Esporte na Escola e PNOA. No entanto, a instituição precisa estabelecer metas e objetivos mais efetivos, para contribuir com estes projetos e buscar a melhoria da qualidade educacional.

Mas a Escola não é a única responsável pela igualdade e promoção da cidadania, o Estado também é responsável por esta, e deve estar mais presente na comunidade pesquisada, não deixando que o bairro continue a manter os altos índices de criminalidade, coibindo o tráfico de drogas, promovendo ações e projetos, bem como investindo em locais de lazer, quadras de esporte, e iluminação nos períodos noturnos, calçamento, policiamento, de cultura. Todas estas ações, juntas, possibilitariam melhores condições de vida, o que resultaria, possivelmente, em melhores índices no IDEB.

Não podemos deixar de citar a importância da escola neste processo, e do nível de escolaridade das famílias, pois é por meio da educação que se constitui em maior grau o exercício da cidadania. A escola e a família devem estar juntas, unidas no propósito de formar um sujeito autônomo, o que é uma tarefa árdua e difícil, que nosso modelo educacional ainda não atingiu.

Deste modo, a escola que desejamos ter está inteiramente ligada a inúmeros sistemas, não dependendo apenas do aluno e do professor, estando esta numa relação muito mais ampla. Segundo Costa (2003, p. 23-52), a escola que sonhamos, enquanto educadores, muitas vezes não é como nos deparamos, uma vez que são inúmeras as discrepâncias entre crianças, jovens e adultos no ambiente escolar. Muitos se aproximam e outros são excluídos da escola. Estudos recentes têm mostrado a escola como um lugar de funcionamento complicado, onde existem inúmeros jogos de poder e política.

Mas, afinal, como é a escola que sonhamos? Segundo José Carlos Libâneo (2003), a escola que sonhamos é aquela que:

assegura a todos a formação cultural e científica para a vida pessoal, profissional e cidadã, possibilitando uma relação autônoma, crítica e construtiva com a cultura provida pela ciência, pela técnica, pela estética, bem como pela cultura paralela (meios de comunicação de massa) e pela cultura cotidiana. E para quê? Para formar cidadãos participantes em todas as instâncias da vida social contemporânea, o que implica em articular os objetivos convencionais da escola –transmissão -assimilação ativa dos conteúdos escolares, desenvolvimento do pensamento autônomo, crítico e criativo, formação de qualidades morais, atitudes e convicções – às exigências postas pela sociedade comunicacional, informática e globalizada: maior competência reflexiva, interação crítica com as mídias e multimídias, conjunção da escola com outros universos culturais, conhecimento e uso da informática, formação continuada (aprender a aprender), capacidade de diálogo e comunicação com os outros, reconhecimento das diferenças, solidariedade, qualidade de vida, preservação ambiental. Trata-se de conceber a escola de hoje como espaço de integração e síntese. (2003, p. 23).

Para que haja a efetivação de uma sociedade e de uma escola mais justa, algumas ações podem ser aplicadas para mudar esta realidade, por meio de iniciativas que promovam estes bairros, que possibilitem mais espaços de cultura e lazer para as áreas rurais. Ações que gerem renda e trabalho às pessoas que lá residem, de modo que a escola seja um local de acolhimento do aluno, que nela ele encontre a possibilidade de um futuro melhor. No entanto, para que isso aconteça, é essencial a ação do poder público para sua efetivação, são necessárias políticas públicas que garantam investimentos nestas áreas das cidades, que promovam emprego, renda, infraestrutura.

Referências

ALVES, Maria Tereza Gonzaga. **Dimensões do efeito das escolas: explorando as interações entre famílias e estabelecimentos de ensino.** Est. Aval. Educ., São Paulo, v. 21, n. 46, p. 271-296, maio/ago. 2010.

DORNELES, Henrique. **O Surgimento dos Enclaves Fortificados no Brasil.** XIII SIMPURB.UERJ.p.1-20, 2013. Disponível em:

<http://www.simpurb2013.com.br/wp-content/uploads/2013/11/1621_GT01.pdf>.

Acesso em: 15 out. de 2014.

CORRÊA. Roberto Lobato. **O espaço urbano.** São Paulo: Ática, 2002

LIBÂNIO, José Carlos. A escola com que sonhamos é aquela que assegura a todos a formação cultural e científica para a vida pessoal, profissional e cidadã. P.24, 25 e 26. In: COSTA, Marisa Vorraber. **A escola tem futuro?** (org.) Rio de Janeiro, DP&A 2003.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades:** alternativas para a crise urbana. Petrópolis: Vozes, 2001.

SABOYA. Renato. **Urbanidades: Urbanismo, Planejamento Urbano e Plano Diretores.** Disponível em: <http://urbanidades.arq.br/2009/05/segregacao-espacial-urbana/> Acesso em: 25 de outubro de 2014.

SAES. Alexandre Macchione. **O Moderno Mundo Urbano e a Formação do Capitalismo no Brasil.** Anais do XXVI Simpósio Nacional de História - ANPUH. São Paulo, julho 2011.

PEREIRA. Raquel Maria Fontes do Amaral. **Formação sócio-espacial do litoral de Santa Catarina (Brasil): gênese e transformações recentes.** Geosul, Florianópolis, v.18, n.35, p. 99-129, jan./jun.2003.